

Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira  
(Organizadores)

# Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

# I



Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira  
(Organizadores)

# Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

# I



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Educação: políticas públicas, ensino e formação

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: políticas públicas, ensino e formação /  
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André  
Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,  
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0286-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.862221907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da  
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).  
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos, principalmente no que tange ao estabelecer de políticas públicas e valorização de sua produção científica. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“Educação: Políticas públicas, ensino e formação”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva  
André Ricardo Lucas Vieira



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O PROGRAMA REUNI: UMA ABORDAGEM DA DIMENSÃO ACADÊMICO-CURRICULAR NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL

Aurélio Ferreira da Silva

Tatiana Carence Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219071>


### **CAPÍTULO 2..... 13**

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DIANTE DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PÓS PANDEMIA

Alisson César da Silva Gama

Kaline Delgado de Almeida Gama

Patrícia Cavalcante de Sá Florêncio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219072>

### **CAPÍTULO 3..... 20**

ATIVIDADES PROFISSIONAIS E AS DIFERENTES MATEMÁTICAS PRODUZIDAS: O QUE REVELA TRABALHOS PUBLICADOS NO ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA?

Ronne Everton Lopes dos Santos


Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219073>

### **CAPÍTULO 4..... 40**

PRIMEIROS ANOS DE VIDA: CONTRIBUIÇÕES DOS LIVROS INFANTIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Carlise Diell

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219074>


### **CAPÍTULO 5..... 50**

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Amanda Galvão Marcelino da Silva

Keith Faustino Mattos Resplandes


Milena Pimenta Machado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219075>

### **CAPÍTULO 6..... 63**

CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL ANTES DA INSTITUIÇÃO DA ATUAL REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Diego Berwald

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219076>

**CAPÍTULO 7..... 77**

**O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM TEMPOS DE COVID- 19**


Ágna Retyelly Sampaio de Souza  
Ana Paula Pinheiro da Silva  
Beatriz Ferreira da Silva  
Bergson Nogueira de Oliveira  
Camilla Ytala Pinheiro Fernandes  
Luciana Nunes de Sousa  
Lis Maria Machado Ribeiro Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219077>

**CAPÍTULO 8..... 88**

**TRADUÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL PARA IMIGRANTES HAITIANOS: VERSÃO DO PORTUGUÊS PARA O FRANCÊS DA CARTILHA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DE MARINGÁ/PR**


Edson José Gomes  
Leonardo Bordin de Oliveira  
Iago Gabriel Braga Grimaldi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219078>

**CAPÍTULO 9..... 98**

**A MEDIAÇÃO DOS DOCENTES NO ENSINO DA ESCRITA COM CRIANÇAS DO FUNDAMENTAL I**

Necyjane da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8622219079>

**CAPÍTULO 10..... 108**

**AVALIAÇÃO DAS E PARA AS APRENDIZAGENS: CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM DOSSIÊS**


Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua  
Rafael Martins Mendes  
Olenir Maria Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190710>

**CAPÍTULO 11 ..... 134**

**A LEITURA NA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE: O QUE DIZEM OS DISCENTES?**


Marineide Cavalcanti Arruda  
Karl Heinz Efken

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190711>

**CAPÍTULO 12..... 145**

**A ABORDAGEM PEDAGÓGICA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESTUDO DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA**


Claudia Regina Bicas Bondezam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190712>

**CAPÍTULO 13..... 159**

COLEÇÃO DE VÍDEOS GRANDES CIVILIZAÇÕES: UMA FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA

Herika Souza do Valle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190713>

**CAPÍTULO 14..... 168**

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Daniela Cíntia Santana Lopes

Daniele Cunha Lopes

Daniele Jesus dos Santos

Deyllane Jesus dos Santos

Géssica Larize Souza Lima

Gilson Carlos Oliveira da Silva


Isabel de Jesus Carvalho

Letícia Leal dos Santos

Lindiane Souza de Brito

Luciana Leal dos Santos e Santos

Tatiana Santos Novaes Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190714>

**CAPÍTULO 15..... 175**

CULTURA POPULAR NA UTILIZAÇÃO DE PLANTA MEDICINAL EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL DE BRAGANÇA-PARÁ-BRASIL


Jones Souza Moraes

Deyvison Luz Santos

Gabrielle de Nazaré Falcão da Silva

Euzébio de Oliveira

Iracely Rodrigues da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190715>

**CAPÍTULO 16..... 185**

AS PRÁTICAS DE METODOLOGIA ATIVA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE CONTABILIDADE GERAL EAD

Lourdes Souza Utrilla da Silva


Claudio Parisi



 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190716>

**CAPÍTULO 17..... 193**

“MINHA PÁTRIA”: O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO CÍVICO-PATRIÓTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1908-1916)

Rosângela Maria Araújo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190717>

<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>205</b>
A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	
Rayssa Giovana Silva Santos	
Taís Rodrigues Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190718">https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190718</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>214</b>
PARÂMETROS DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RAÇÃO E AS DEMAIS POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	
Renato Carlos Gomes	
Helder Gomes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190718">https://doi.org/10.22533/at.ed.86222190718</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>225</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>226</b>

## PARÂMETROS DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RAÇÃO E AS DEMAIS POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

*Data de aceite: 04/07/2022*

*Data de submissão: 29/05/2022*

**Renato Carlos Gomes**

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia de Vitória – EMESCAM  
Presidente Kennedy – ES  
<http://lattes.cnpq.br/7005255161730080>

**Helder Gomes**

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de  
Misericórdia de Vitória – EMESCAM  
Vitória – ES  
<http://lattes.cnpq.br/6292974679111491>

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo analisar o Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada para aferir a possibilidade de replicar algumas dessas experiências exitosas em outros programas. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, com análise documental nas leis e decretos do Município de Presidente Kennedy-ES voltados ao desenvolvimento agropecuário, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca. Além do Programa de Ração Farelada, foram analisados sete programas destinados a beneficiar os produtores rurais, identificando carências, limites e potencialidades de se tornarem elementos dentro de uma política pública geral. Concluiu-se que os programas existentes apresentam carência de elementos considerados essenciais, tais como metas qualitativas e quantitativas,

dotação orçamentária, contrapartidas dos produtores, benefícios esperados e definição do prazo e o tempo de duração das ações, o que leva a Gestão a mantê-los indefinidamente, sem que apresentem resultados efetivos para o desenvolvimento local, sendo ações pontuais, desligadas de um programa mais abrangente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas. Desenvolvimento local. Agropecuária.

### PARAMETERS OF THE FEED DISTRIBUTION PROGRAM AND OTHER AGRICULTURAL POLICIES OF THE MUNICIPALITY OF PRESIDENT KENNEDY-ES

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the Balanced Mash Feed Distribution Program to assess the possibility of replicating some of these successful experiences in other programs. The study was developed through applied, exploratory and descriptive research, with documental analysis on the laws and decrees of the Municipality of Presidente Kennedy aimed at agricultural development, made available by the Municipal Secretariat for the Development of Agriculture and Fisheries. In addition to the mash feed program, seven programs designed to benefit rural producers were analyzed, identifying needs, limits and potential to become elements within a general public policy. It was concluded that the existing programs lack elements considered essential, such as qualitative and quantitative goals, budget allocation, counterparts from producers, expected benefits and definition of the term and duration of actions, which leads the Management to maintain them. Them indefinitely,

without showing effective results for local development, being punctual actions, disconnected from a broader program.

**KEYWORDS:** Public policies. Local development. Agriculture.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Município de Presidente Kennedy-ES possui sua economia baseada na agropecuária, com destaque especial para a pecuária bovina de leite e corte. Abstraindo-se a arrecadação proveniente dos royalties do petróleo, a produção do setor rural representa cerca de 70% da arrecadação municipal relativa às transferências de ICMS e emprega cerca de 70% da população ocupada em nível local.

Para estimular e auxiliar a produtividade agrícola, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca (SEMDAP) oferece recursos que beneficiam cerca de 1.600 produtores cadastrados, divididos entre as atividades de pecuária, agricultura e pesca (PRESIDENTE KENNEDY, 2019a).

A referida secretaria possui diversos programas em fase de desenvolvimento ou ainda como proposta orçamentária, dentre os quais, reabertura de estradas, plano de habitação rural, construção de píer marítimo, empréstimo de máquinas agrícolas aos produtores, abertura de poços artesianos, distribuição de adubo, ração e calcário, incentivo às ações de sindicatos e cooperativas, eletrificação rural, irrigação, além de práticas de fomento à cafeicultura e fruticultura. Tais ações têm como objetivo manter a população no campo, evitando o êxodo rural, estando todas vinculadas às leis municipais de atendimento ao produtor rural.

Dentre as ações exitosas, está o Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada, implantado no ano de 2011, em virtude do município possuir grande potencial na pecuária leiteira, ocupando o segundo lugar na produção de leite do estado, de acordo com Zandonadi (2020).

A pecuária leiteira possui considerável importância para o município de Presidente Kennedy-ES, respondendo por 53% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), através das suas 1.428 propriedades rurais. Assim, o Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada tem contribuído significativamente para o aumento da arrecadação tributária do município, sendo relevante que se analise o porquê de seu sucesso, a fim de utilizá-lo como modelo para os demais projetos existentes que, ou não conseguiram sair do papel, ou não têm apresentado resultados tão positivos (ZANDONADI, 2020).

Neste estudo, o conceito de políticas públicas de desenvolvimento rural foi embasado na concepção de Schneider (2010), que as considera como aquelas que não visam especificamente à modernização agrícola, mas constituem a busca pela melhoria sustentada da qualidade de vida da população rural, procurando assegurar, ao mesmo tempo, uma contribuição efetiva e eficiente da economia rural para o processo de

desenvolvimento nacional. Para isso, o desenvolvimento nas áreas rurais é apoiado por várias combinações de esforços, de acordo com as circunstâncias específicas de cada localidade.

Este estudo utilizou a concepção de diversos autores que estabelecem as etapas de uma política pública que, com algumas poucas modificações, apresentam os critérios e percurso que as mesmas devem seguir. Assim, foram consideradas aquelas defendidas por Suzigan e Furtado (2010), que recomendam que possuam: metas realistas, claras e transparentes, a fim de atender os objetivos; medidas bem definidas, com a descrição das ações a serem adotadas, bem como o prazo e os indicadores para cada ação; definição das instituições responsáveis pela implementação da política; profissionais qualificados; acompanhamento e monitoramento; e revisão constante das metas.

De Secchi (2013) foi aproveitada a concepção do percurso que as políticas públicas devem seguir, que são: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; e extinção, caso não tenham continuidade.

Do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018) foram considerados os passos para a criação de uma política pública, que começa a ser pensada com a identificação do problema, suas causas e dados quantitativos acerca do mesmo. Após o diagnóstico, a política começa a ser desenhada, traçando seus objetivos, o público-alvo, metas, cobertura, temporalidade, seleção e critérios para os beneficiários, as ações, aqui são definidos os meios e instrumentos necessários, orçamento, os atores, que podem envolver parcerias público-privado, monitoramento, a possibilidade de articulação com outras políticas e/ou programas e avaliação.

Ainda de acordo com a análise do IPEA (2018), não basta identificar o problema, sendo necessário ter maior conhecimento sobre eles, ou seja, coletar informações, estudos, a fim de especificar, por sua vez, o tópico específico para o qual o foco será direcionado. Também é preciso medir o impacto que a política pode ter no momento de sua implementação, reações, grupos favorecidos, etc. Uma vez que já se tenha feito uma análise concisa do tema a ser abordado e a compilação das informações, deve-se estabelecer os objetivos, que podem ser acompanhados pelo tempo em que os resultados são desejados.

Assim, o Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada pode servir de modelo para os demais programas que, apesar de já fazerem parte das ações municipais, não conseguem ser bem desenvolvidos como este, onde alguns ainda não conseguiram sair da fase de organização, entendendo que, para que um programa de desenvolvimento local seja efetivo, são necessários critérios, contrapartidas e objetivos bem definidos.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar o Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada para aferir a possibilidade de replicar algumas dessas experiências exitosas em outros programas.

Quanto à natureza, esta pesquisa se classifica como aplicada e, quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, técnica de abordagem qualitativa responsável por coletar e selecionar informações por meio da consulta a documentos diversos.

Os dados foram buscados nos arquivos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca de Presidente Kennedy. A pesquisa buscou analisar, primeiramente, os dados disponíveis sobre o Programa de Ração Balanceada. Em seguida, foi realizado um levantamento sobre os demais projetos existentes, realizando uma comparação entre estes e o Programa de Ração Balanceada, a fim de alcançar o objetivo deste estudo, qual seja, propor critérios, instrumentos, contrapartidas e o envolvimento de instituições parceiras para o desenvolvimento dos projetos que apresentam entraves à sua implementação.

## **2 | POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PRESIDENTE KENNEDY**

A região sul capixaba tem seu histórico econômico ligado à agropecuária desde o período da colonização. Se destacou naquele momento a pecuária extensiva, coordenada pelos padres jesuítas, na Fazenda Muribeca, que foi considerada a maior propriedade pecuarista do país. Apesar da atividade ter entrado em decadência com a expulsão dos jesuítas, em 1759, bem como com a instalação da Usina Paineiras, no atual Município de Itapemirim, o território que hoje pertence ao Município de Presidente Kennedy manteve sua tradição rural e pecuarista, tendo 66,65% da sua população vivendo em áreas rurais (PRESIDENTE KENNEDY, 2019a).

A partir do ano 2000, com a descoberta do Pré-sal e o início da exploração do petróleo na região, o município passou a apresentar um PIB per capita entre os maiores do país, se destacando no recebimento de royalties do petróleo. Apesar de ser um município litorâneo, o turismo ainda não é desenvolvido, não trazendo receitas significativas. Assim, a agropecuária continua sendo a principal fonte de receita interna, mas responde por somente 0,7% do valor adicionado bruto (PRESIDENTE KENNEDY, 2019a).

O Município possui recursos orçamentários substanciais que são transferidos para o governo local, especialmente aqueles oriundos dos royalties do petróleo, que têm sido gastos, inclusive, em programas destinados à melhoria e desenvolvimento da agropecuária local. No entanto, muitas vezes faltam elementos definidores dessas ações, sendo necessário que políticas efetivas sejam pensadas e implementadas, entendendo que gastar mais dinheiro não garante necessariamente melhores resultados.

Apesar de todas as políticas e programas voltados à agropecuária, o município ainda não conseguiu ter um impacto positivo em muitas delas, havendo algumas que sequer conseguiram sair do papel, apesar de haver recursos para concretizá-las. Diante dos fatos mencionados, o município possui um baixo nível de desenvolvimento social e econômico



e a sua agricultura, embora seja o setor dominante da economia, é limitada por práticas e problemas estruturais, falhando em fornecer rendimentos sustentáveis para muitos que atuam neste setor ou uma base para o desenvolvimento de outros setores.

Tal situação decorre da falta de assistência técnica e investimentos direcionados para que a atividade seja melhor desenvolvida e saia das técnicas primitivas que utiliza, o que acaba se refletindo em baixa produtividade e impede a melhoria da sustentabilidade para as famílias viverem com melhor qualidade.

Esta situação só pode ser resolvida se pudermos planejar um fomento que possa beneficiar os produtores e construir um sistema que possa crescer progressivamente, contribuindo para o desenvolvimento local. No entanto, não é suficiente simplesmente projetar políticas e estratégias apropriadas para acelerar o desenvolvimento. Revendo as experiências dos programas já existentes, observamos que muitos necessitam apresentar, de forma clara, elementos que possam definir não apenas para quem são destinados, mas as formas como serão implementados, o que se espera dos mesmos, enfim, o porquê, para que, para quem e como, estabelecendo funções bem definidas, recursos humanos e financeiros, parcerias, tempo de execução, contrapartida, acompanhamento e avaliação, para que possam cumprir com seus objetivos.

O município em análise tem sua economia calcada na agropecuária, sendo um setor que possui grande relevância e, portanto, ações e estratégias de promoção desse conjunto de atividades podem ter impactos significativos no crescimento e desenvolvimento econômico local.

Assim, uma política de desenvolvimento local voltada à agropecuária no Município de Presidente Kennedy deve focar nas potencialidades e especificidades que a localidade possui, no seu número expressivo de pecuaristas e agricultores, que ainda mantêm um modelo agropecuário tradicional, sem relação com a indústria ou modelos de transformação e processamento dos produtos, mas que, apesar de falta de modernização e baixa qualificação profissional, geram emprego e renda a muitas famílias.

Em geral, os produtores rurais de Presidente Kennedy são carentes de informações técnicas, o que se considera uma questão de essencial importância. Assim, qualquer política de desenvolvimento agropecuário necessita de apoio técnico, que pode ser buscado como forma de melhorar a produção, agregar valor, otimizando os resultados pretendidos, como forma de alcançar as metas estipuladas, levando em conta as características topográficas, climáticas, dentre outras.

No caso de Presidente Kennedy, é possível buscar parcerias externas junto ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto Federal e Universidades, com pessoal especializado na área do projeto, pois o município não conta com essas instituições em seu território. Na elaboração de uma política pública para o município, os serviços a serem oferecidos pela gestão municipal devem ser muito bem especificados, seja oferta de insumos, profissionais e verbas, seja nos profissionais

responsáveis por cada etapa, tornando claro para os beneficiados a quem devem recorrer em cada situação que possa surgir.

Também deve estar bem definido quem e como será feito o acompanhamento da política e a mensuração dos resultados, entendendo que os mecanismos de controle são essenciais para que, de posse dos dados obtidos, possam ocorrer adequações ou redirecionamentos ao longo do processo. Neste sentido, é necessário que, sendo a política exitosa, se busquem mecanismos legais para que esta não seja interrompida a cada mudança de gestor, ou seja, a cada quatro anos, o que acarreta em atraso no desenvolvimento local.

O Município de Presidente Kennedy tem como ponto forte o montante de recursos que recebe e que, diante da sua base econômica agropecuária, deve ser utilizado na criação de políticas que possibilitem a melhoria dessa atividade para que, em caso de ausência de recursos externos, seja sustentado por uma economia local fortalecida e competitiva.

### **3 I O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RAÇÃO BALANCEADA FARELADA**

O Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada foi criado em 2011, inserido no Plano Municipal de desenvolvimento Rural, não sendo definido por lei própria. Entretanto, diante dos bons resultados obtidos, entendeu-se que o mesmo deveria fazer parte das estratégias de desenvolvimento rural, regulamentadas pelas Leis nº 1.100/2013 e nº 1.103/2013 (PRESIDENTE KENNEDY, 2013a; 2013b).

Assim, em 2019 o programa foi regulamentado através do Decreto nº 072 (PRESIDENTE KENNEDY, 2019b), quando passou a apresentar critérios bem definidos. Este programa foi escolhido para servir de parâmetro para os demais existentes no setor agropecuário do município, por se aproximar do que a literatura considera essencial em uma política de desenvolvimento, como se apresentará a seguir.

O programa apresenta como objetivos incentivar os pecuaristas do município para aumentar a produção de leite bovino; gerar emprego e renda; e incentivar a movimentação tributária municipal. Quanto aos critérios de seletividade, na implantação do programa o atendimento de cerca de 250 produtores de leite era feito sem muitas definições de critérios, bastava produzir leite no município e fornecer para laticínio ou cooperativas e comprovar através de nota fiscal sua produção, que já seria computada para o recebimento do benefício.

A partir dos aperfeiçoamentos realizados em sua regulamentação, no entanto, o Programa estabeleceu como beneficiários o pequeno produtor rural que não possuía área maior que quatro módulos fiscais; que tenha percentual mínimo de renda familiar proveniente das atividades econômicas do estabelecimento rural; que possua predominantemente mão de obra familiar; e que possua Renda Bruta Agropecuária (RBA) inferior ao teto estipulado.

A quantidade de ração farelada é calculada pelo quantitativo de litros de leite

comercializados, com um limite de 2.000 kg por produtor e o transporte do insumo cabe à SEMDAP, que realiza entregas mensais nas propriedades rurais. O Município teve um investimento para custear o programa de fomento aos produtores de leite entre os anos de 2011 a 2019 que ultrapassou os R\$ 27 milhões, o que resultou na distribuição de mais de 22.000 (vinte e duas mil) toneladas de ração.

A partir de maio de 2012, o programa foi paralisado, devido ao Município ser alvo da operação Lee Oswald, retornando o programa em outra gestão, a partir de agosto de 2014. Neste período, os produtores de leite continuaram em suas unidades produtivas com seus manejos, mas sem o incentivo do benefício por parte da Administração Pública.

O cálculo para distribuição da ração funciona da seguinte forma: faz-se uma média aritmética da produção de leite dos últimos 12 meses de cada produtor. O resultado é multiplicado por 400 (quatrocentos gramas) de ração, referente a cada litro de leite comercializado. Com isso, chega-se ao resultado de quantos quilos de ração o produtor terá direito, com o teto máximo de até 2.000 (dois mil) quilos de ração/mês (50 sacos de 40kg). A cada mês o cálculo é atualizado de acordo com os últimos 12 meses.

O programa estabelece, ainda, que somente uma unidade produtiva poderá ser contemplada por cada produtor, bem como os critérios para que arrendatários e herdeiros possam participar. A média mensal da produção de leite dos últimos 12 meses é calculada pela equipe técnica da SEMDAP. Para obter o benefício, os produtores devem realizar cadastro no órgão municipal, com apresentação de documentação, que deverá analisar o pedido e emitir parecer embasado em relatório técnico.

Os instrumentos de aplicação e avaliação permanente das metas cabem à SEMDAP, que acompanha o volume da produção, além de realizar visitas periódicas às propriedades, a fim de verificar se os produtores estão cumprindo as determinações do decreto.

No decorrer dos anos houve ingresso de novos produtores, melhoria na qualidade do leite, aumento da produtividade, o que, conseqüentemente, contribuiu para o aumento da arrecadação do município, por se tratar de um programa que não possui evasão fiscal para concessão do benefício.

Em relação ao quantitativo de produtores atendidos, no ano de 2011, 250 produtores foram beneficiados, recebendo a concessão do benefício a cada mês, número que apresentou crescimento ao longo dos anos, atendendo, em 2019, uma média de 310 produtores a cada mês.

#### **4 | ELEMENTOS DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RAÇÃO FARELADA PARA OS DEMAIS PROGRAMAS**

Apesar de ser considerado exitoso, observou-se que o programa de ração farelada não atende a todos os aspectos que uma política de desenvolvimento demanda, não possuindo metas qualitativas e quantitativas, critério de temporalidade e não se articulando com instituições de outras esferas que poderiam oferecer assistência técnica

aos beneficiários. Outro aspecto observado é a falta de parcerias com instituições, que poderiam oferecer assistência técnica aos beneficiários para que possam superar as fragilidades existentes.

Entretanto, apesar das questões citadas, o programa tem se mostrado efetivo para o aumento da produção leiteira, sendo importante analisar quais desses aspectos positivos podem servir de exemplo para outros programas que, por vezes, apesar de estabelecidos em decretos, não foram viabilizados na prática ou não apresentam a mesma eficácia.

Ao se analisar os elementos do Programa de Ração Farelada e os demais projetos existentes no município, constatou-se que contrapartidas dos beneficiários deveriam ser inseridas em todos os projetos, bem como os benefícios esperados, os critérios de acompanhamento, monitoramento e fiscalização, prazos e metas para sua continuidade, os beneficiários, prazo de encerramento, benefícios esperados, contrapartida dos beneficiários e indicadores.

A parceria da Administração com outras instituições e atores sociais (comunidade, organizações voluntárias, sindicatos, cooperativas, agências de desenvolvimento, universidades e assim por diante), apesar de ser considerada uma característica fundamental, só ocorreu em um programa.

Programas bem-sucedidos, como o da ração, carecem de melhoramentos e maior alcance, como a produção deste insumo no próprio município, possibilitando menor gasto e maior alcance entre os produtores. Para essa expansão, seria necessário investimento do município para a sua criação, busca de parcerias ou incentivos à iniciativa privada para a sua realização.

Ao se analisar os demais programas, observa-se que estes possuem grande semelhança na escrita e na forma, diferindo somente em alguns detalhes, o que acaba por deixá-los muito genéricos em alguns aspectos. Entendendo que, para que políticas e programas sejam efetivamente viabilizados e apresentem os resultados desejados, é necessário um planejamento minucioso. Assim, considera-se necessário que os responsáveis pelos mesmos sejam capacitados, para que possam articular e formular as ações a serem desenvolvidas de forma clara, sabendo o ponto de partida, o caminho a ser percorrido e onde se quer chegar, com base nas condições locais.

A formulação dos programas requer o conhecimento da realidade local e a existência dos recursos disponíveis e, para tanto, a capacidade da gestão deve ser melhorada, especialmente daqueles que são encarregados do planejamento. Uma vez que alguns programas tendem a ser considerados exitosos e até mesmo servirem como modelo, deve haver um sistema para transmitir as experiências aprendidas para outras áreas e para produzir outros projetos de desenvolvimento agropecuário mais abrangentes.

Ao longo dos anos têm ocorrido transferências orçamentárias para a agropecuária que incluem, principalmente, insumos, não havendo, dentre elas, nenhuma que se refira a créditos subsidiados ou concessões e isenções fiscais específicas para o setor agrícola e

as transferências feitas aos produtores têm sido bastante heterogêneas.

Outro aspecto não observado nos programas analisados se refere à promoção da transformação produtiva agroindustrial, cadeias de comercialização de produtos agrícolas, para que os produtores obtenham rendimentos melhores e mais estáveis. Haja vista que toda a produção agrícola e leiteira do município é vendida in natura, portanto, seus preços são inferiores relativamente aos produtos processados. Esta ação também demanda uma boa assistência técnica, que pode ser instituída por meio das parcerias com instituições, lembrando que, em breve o município passará a contar com um campus do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e que este contará com a Gestão Municipal para a cessão de terreno e viabilização da obra. Sendo assim, cursos voltados à melhoria agropecuária podem ser sugeridos, tornando-se uma contribuição valiosa para o desenvolvimento local.

Dentro do processo de transformação e ordenamento da produção agrícola, é imprescindível promover uma gestão articulada com os produtores, instituições e gestão municipal, para que estas ações deixem de ser isoladas e façam parte de uma política integrada e mais abrangente de desenvolvimento local.

Diante do exposto, o primeiro elemento para fortalecer uma política setorial deve ser a definição mais explícita dos objetivos a serem atingidos. Isso ajuda a evitar dispersão de recursos e utilizar os programas desenvolvidos até agora com seu pleno potencial de eficiência, favorecendo seu desenho e melhor implementação.

Constata-se, portanto, que ao longo dos anos, uma série de programas foram criados para fomentar a produção agropecuária local, mas que estes não se refletiram efetivamente na geração de desenvolvimento rural. Sugere-se, assim, que as considerações feitas neste estudo sejam desenvolvidas de forma planejada, primeiramente definindo-se um projeto de desenvolvimento integrado entre o público e o privado, com definições claras e mensuráveis de onde se está, onde se quer chegar e qual o caminho a percorrer para se alcançar os resultados almejados.

Dessa forma, os programas têm servido para manter, ou aumentar, os níveis de dependência dos produtores e não para fortalecer a competitividade e consolidar a sua continuidade no médio e longo prazo. Assim, nota-se a ausência de uma política abrangente, que tenha como estratégia resolver os problemas estruturalmente e o suporte que tem sido oferecido pode estar significando uma zona de conforto, reforçando a dependência e inibindo um maior dinamismo. Em geral, as ações implementadas têm sido para os produtores continuarem as mesmas atividades e não para promover inovações produtivas, não resolvendo os problemas estruturais que possam existir.

Deste modo, ao se pensar em uma política de desenvolvimento agropecuário no município, para que os investimentos realizados pela Gestão obtenham resultados, algumas ações tornam-se essencialmente necessárias.

Assim, na análise dos programas desenvolvidos no município, é possível constatar que estes têm se dedicado a oferecer subsídios e apoio aos produtores, o que tem

favorecido a rentabilidade das suas atividades produtivas, com um impacto positivo. No entanto, ao se avaliar essas ações, percebe-se que nenhuma tem sido feita para que, em determinado momento, não necessitem mais destes programas e possam substituir o investimento público pelo privado, mantendo este ciclo de dependência.

Cabe destacar que o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento não é responsabilidade exclusiva do poder público, mas de todos os agentes envolvidos. Assim, é de grande importância o capital social, que pode ser entendido como uma associação entre indivíduos ou grupos e refere-se às redes sociais, às normas recíprocas e à confiança resultante que as pessoas obtêm de suas posições na estrutura social.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada para aferir a possibilidade de replicar algumas dessas experiências exitosas em outros programas. Para dar conta desta proposta, em um primeiro momento buscou-se resgatar os conhecimentos acumulados sobre o que seria uma política pública de desenvolvimento e trazer essa discussão para o âmbito local e para a agropecuária, haja vista a delimitação do tema ser uma política local de desenvolvimento da agropecuária no município de Presidente Kennedy-ES.

No segundo momento foi apresentado o que é o Programa de Distribuição de Ração Balanceada Farelada, que elegemos como parâmetro de resultados exitosos que poderiam ser multiplicados para os demais e que se mostrou efetivamente positivo, mas também possui algumas carências, que foram devidamente apontadas.

Em seguida, foi mostrada a relação entre o Programa de Ração Farelada e os demais, a fim de identificar carências, limites e potencialidades de se tornarem elementos dentro de uma política pública de desenvolvimento local mais abrangente.

Ao fazer as análises, chegou-se à conclusão de que, apesar de ser bem-sucedido, o Programa de Ração Farelada carece de aprimoramento e de elementos para que se torne ainda mais exitoso. Ao compará-lo com os programas existentes, foi possível constatar que estes apresentam carência de elementos considerados essenciais, tais como metas qualitativas e quantitativas, contrapartidas dos produtores, benefícios esperados, definição do prazo e o tempo de duração das ações, o que leva a Gestão a mantê-los indefinidamente, sem que apresentem resultados efetivos para o desenvolvimento local, sendo, ações pontuais, desligadas de um plano municipal integrado.

Assim, apesar do Município implementar iniciativas que contribuem para a melhoria da produção agropecuária local, é importante que busque também iniciativas para que os beneficiários consigam comercializar suas atividades de forma a alcançarem autonomia, deixando de ser dependentes em relação aos financiamentos municipais, pois esta dependência os torna vulneráveis em caso de descontinuidade desses programas.

Desse modo, o envolvimento da Gestão Municipal deve se concentrar também no desenvolvimento de ações para o processamento agroindustrial e a comercialização da produção, contribuindo para a conseqüente auto sustentação das famílias produtoras.

Espera-se que esses resultados possam contribuir para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento local e orientar a implementação de um plano efetivo voltado ao setor agropecuário de Presidente Kennedy-ES, que faça parte de uma estratégia participativa, sustentada em uma parceria público-privada e com uma visão ampla sobre as demandas existente.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante. Brasília: IPEA, 2018.

PRESIDENTE KENNEDY (Cidade). **Lei Municipal nº 631, de 29 de abril de 2005**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a beneficiar o escoamento da produção. Poder Executivo: Presidente Kennedy, 2005.

PRESIDENTE KENNEDY (Cidade). **Lei Municipal nº 1.100, de 24 de setembro de 2013**. Institui o programa especial de atendimento ao produtor rural no município de Presidente Kennedy/ES e dá outras providências. Poder Executivo: Presidente Kennedy, 2013a.

PRESIDENTE KENNEDY (Cidade). **Lei Municipal nº 1.103, de 10 de outubro de 2013**. Autoriza o poder executivo municipal a conceder benefícios aos pequenos produtores com vistas ao fomento da atividade agropecuária no município de Presidente Kennedy e dá outras providências. Poder Executivo: Presidente Kennedy, 2013b.

PRESIDENTE KENNEDY (Cidade). **Planejamento estratégico 2018-2035**. Futura: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, 2019a.

PRESIDENTE KENNEDY (Cidade). **Decreto Municipal nº 072, de 25 de julho de 2019**. Regulamenta o fornecimento de ração farelada aos produtores rurais, com fundamento na lei municipal nº 1.100/2013 e lei municipal nº 1.103/2013 e dá outras providências. Poder Executivo: Presidente Kennedy, 2019b.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. **Estudos Econômicos**, v. 40, n.1, p. 7-41, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage. Leranig, 2013.

ZANDONADI, F. **Bovinocultura capixaba**: leite e carne de qualidade na mesa dos consumidores. Ações de pesquisa, assistência técnica e extensão rural promovem sustentabilidade à atividade. 2020. Disponível em: <https://www.safrades.com.br/anuario-agro-capixaba/bovinocultura-capixaba-leite-carne-qualidade-na-mesa-dos-consumidores>. Acesso em: 28 dez. 2020.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA** - Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb - Campus VII) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA (Uneb - Campus III). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (IESCFAC), Especialista em Educação Matemática e Licenciado em Matemática pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (CESVASF). Foi professor e diretor escolar na Educação Básica. Coordenou o curso de Licenciatura em Matemática e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no Campus IX da Uneb. Foi coordenador adjunto, no estado da Bahia, dos programas Pró-Letramento e PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Participou, como formador, do PNAIC/UFSCar, ocorrido no Estado de São Paulo. Pesquisa na área de formação de professores que ensinam Matemática, Ludicidade e Narrativas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (CNPq/UFSCar), na condição de pesquisador, o Grupo Educação, Desenvolvimento e Profissionalização do Educador (CNPq/PPGESA-Uneb), na condição de vice-líder e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (CNPq/LEPEM-Uneb) na condição de líder. É editor-chefe da Revista Baiana de Educação Matemática (RBEM) e da Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE); e coordenador do Encontro de Ludicidade e Educação Matemática (ELEM).

**ANDRÉ RICARDO LUCAS VIEIRA** - Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Sergipe - UFS/PPGED. Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB/MPEJA (2018), com Especialização em Tópicos Especiais de Matemática (2020), Ensino de Matemática (2018), Educação de Jovens e Adultos (2016), Matemática Financeira e Estatística (2015) e Gestão Escolar (2008). Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação (2021) e Licenciado em Matemática pela Universidade Nove de Julho (2000). Atualmente é professor EBTT efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação - FOPTIC (UFS/CNPq) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Pedagogia Universitária - NEPPU (UEFS/CNPq). É editor assistente da Revista Baiana de Educação Matemática - RBEM.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade à internet 77, 80

Agropecuária 74, 134, 138, 139, 141, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224

Alfabetização 26, 37, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 156, 157, 158, 174, 225

Avaliação da aprendizagem 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 156

Avaliação formativa 108, 110, 111, 113, 114, 117, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133

### B

Bacharelado interdisciplinar 1, 6, 9, 10

### C

Coleção grandes civilizações 159, 164, 166

Comunidade tradicional 175

Conhecimento popular 175

Contextos 16, 20, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 110, 114, 126, 130

Credibilidade 205, 210

Criança pequena 40

Currículo 1, 7, 65, 73, 79, 112, 114, 117, 130, 169, 173, 174, 195, 197, 204

### D

Deficiência 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 113, 116, 120, 125, 132, 170

Desenvolvimento local 214, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224

Direito fundamental 50, 58, 61, 72

Dossiês 108, 110, 111, 112, 125

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 91, 93, 98, 99, 100, 102, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 143, 144, 145, 146, 150, 157, 159, 167, 168, 169, 172, 174, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 225

Educação à distância 69

Educação ambiental 168, 169, 172, 174, 183

Educação escolar 50, 58, 113, 127

Educação física escolar 77, 86, 87

Educação infantil 14, 19, 40, 42, 48, 58

Educação profissional 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76

Educação superior 1, 2, 3, 4, 6, 8, 12, 111, 114, 131, 186, 192

Ensino 2, 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 44, 47, 48, 51, 55, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 181, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 225

Ensino de História 159, 161, 167, 193, 194, 197, 198, 199, 203, 204

Ensino remoto 14, 16, 17, 18, 47, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86

Escrita 44, 60, 90, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 126, 139, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 163, 166, 198, 200, 203, 208, 221

Etnomatemática 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39

## F

Formação cívico-patriótica 193, 197

Formação docente 109, 121, 124, 125, 145, 157

Formação profissional 1, 4, 6, 18, 63, 69, 70, 71, 120, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144

## H

História 6, 29, 30, 32, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 61, 62, 72, 73, 75, 81, 96, 116, 131, 139, 143, 145, 151, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 174, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204

## I

Igualdade 50, 51, 54, 55, 61, 74, 86, 143, 169, 208

Imigração haitiana 88, 96

Inclusão social 52, 58, 68, 88, 213

## L

Lei de Execução Penal 205, 206, 207, 211, 213

Leitura 15, 23, 40, 41, 42, 44, 47, 50, 92, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111,

125, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 152, 154, 156, 157, 163, 166, 199, 201, 202, 208, 213

Letramento 28, 99, 100, 101, 107, 134, 138, 146, 158, 225

Literatura infantil 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Livro 44, 48, 49, 115, 127, 130, 148, 150, 151, 165, 173, 188, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 202, 203

## **M**

Mediação 80, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 126, 144, 147, 192

Metodologia 15, 23, 25, 37, 47, 50, 60, 70, 80, 87, 98, 99, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 126, 129, 132, 145, 147, 148, 167, 168, 174, 175, 177, 185, 187, 189, 205

Metodologia ativa 185, 187

Metodologia da pesquisa 37, 108, 129, 132

Metodologia lúdica 168

## **P**

Pandemia 13, 14, 15, 16, 17, 18, 46, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 109, 114, 117, 125, 129

Perspectivas 13, 15, 18, 29, 30, 72, 75, 76, 111, 113, 115, 123, 128, 131, 161, 206

Planilha eletrônica 185, 186, 187, 189, 190, 191

Planta medicinal 175

Políticas públicas 63, 85, 112, 114, 126, 128, 132, 172, 214, 215, 216, 224

Prática educativa 19, 158

Processo de ensino aprendizagem 13, 14, 16, 17, 18, 48, 192

Profissões 20, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 63

## **R**

Recurso didático-pedagógico 159

Regeneração 205

Ressocialização 205, 206, 207, 209, 210, 212, 213

Reuni 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12

## **S**

Sequência didática 103, 104, 145, 150, 157

## **T**

TDIC 13, 14, 15, 18

Texto 23, 27, 34, 35, 42, 62, 72, 75, 92, 93, 95, 101, 102, 103, 104, 106, 119, 121, 128, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 149, 151, 153, 200, 201, 202

Trabalhos 20, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 34, 39, 52, 89, 96, 108, 111, 115, 116, 121, 125, 126, 147, 160, 165, 170

Tradução 12, 59, 62, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 126, 130, 133

Trajetória 51, 63, 64, 122, 145

## **U**

Universidade Federal 1, 6, 12, 63, 76, 86, 108, 118, 175, 177, 182, 183, 184, 192, 193, 204, 225

## **V**




Vídeos 81, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166

# Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

# I




-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Educação:

Políticas públicas, ensino e formação

# I



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2022